

Contrassenso da política de combate vetorial com uso de agrotóxicos: promoção ou agravos à saúde?

Priscila J. S. R. Vidal¹, Marcus Vinícius C. Santos¹, Gabriel R. Silveira¹, Victor O. Figueiredo¹, Ana Paula das N. Silva², Dominique M. Marçal⁵, Luiza Dantas^{3*}, Marcos Rogério Silva³, Ébio Willis M. E. Lima³, Roberto Paulo B. Nunes³, Antônio Carlos S. Cardoso⁴, Monica R. Martins⁴, Maria de Fátima R. Moreira⁴, Edilene M. Pereira⁶, Tatiana N. Docile⁶, Lia G. da S. Augusto⁷, Aline M. Gurgel⁷, Márcia S. C. Mello⁸, Karen Friedrich⁴, Eline S. Gonçalves⁵, Isabele C. C. Amaral⁵, Leandro V. B. Carvalho⁴, Maria Blandina M. Santos⁴, Luiz Cláudio Meirelles⁴, Ana Cristina S. Rosa⁴, Luciana Gomes⁴, Ariane L. Larentis⁴, Liliane R. Teixeira⁴

1. Doutorando (a) do Programa de Saúde Pública e Meio Ambiente da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp)/Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
2. Mestre pelo Programa de Saúde Pública e Meio Ambiente da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp)/Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
3. Agente de Combate às Endemias do estado do Rio de Janeiro/ *in memoriam
4. Pesquisador (a) do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh), Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp)/Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
5. Colaboradora do Projeto “Estudo do impacto à saúde de Agentes de Combate às Endemias/Guardas de Endemias pela exposição a agrotóxicos no estado do Rio de Janeiro”, coordenado pelo Cesteh/Ensp/Fiocruz
6. Pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV)/ Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
7. Pesquisadora do Instituto Aggeu Magalhães (IAM)/ Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Recife (PE)
8. Pesquisadora do Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA)/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Introdução: Os Agentes de Combate às Endemias (ACE) representam uma das categorias de profissionais da saúde mais expostas aos agrotóxicos utilizados nas campanhas de saúde pública do Brasil. Além disso, enfrentam precárias condições de trabalho com acesso insuficiente a equipamentos de proteção individual (EPI) e processos formativos. No contexto da pandemia de covid-19, ocorreram mudanças no processo de trabalho dos ACE (alguns não tiveram interrupção nas suas atividades e outros, por pouco tempo), o que promoveu medo e insegurança. Compreendendo a necessidade de construção de cidades saudáveis e sustentáveis sem uso de agrotóxicos, o estudo teve como objetivo analisar a relação entre a saúde e o trabalho dos ACE do estado do Rio de Janeiro. **Métodos:** Foi aplicado um questionário *on-line* (entre os meses de julho a novembro de 2020) com questões relacionadas à saúde e trabalho, incluindo o *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20) para rastreio dos transtornos mentais comuns (TMC). Foram utilizados, para análise, manuais, produções, legislações e relatos dos próprios trabalhadores sobre o processo de trabalho. **Resultados:** Foram analisados 139 questionários válidos, por meio do Teste Qui-quadrado e Exato de Fisher. No que se refere à saúde e trabalho no contexto da pandemia, 83,4% dos ACE já tinham retornado às atividades nas

ruas em regime parcial ou integral e apenas 54,7% conseguiram, em algum momento, permanecer em isolamento ou distanciamento físico. Quanto ao trabalho dos ACE, 61,2% exercem atividades em contato, manipulando e/ou aplicando agrotóxicos; 69,8% referiram sintomas de intoxicação após uso, manuseio ou contato com os agrotóxicos; 47,5% indicou que não utilizam EPI e 53,2% referiram não ter passado por nenhum treinamento. Em relação às condições de saúde, 77,7% mencionaram ter doenças diagnosticadas pelo médico, com 62,6% fazendo uso regular de medicamentos. Em relação aos TMC, o estudo identificou 43,2% de sintomas indicativos de TMC associados com o trabalho com bomba de aspersão ($p \leq 0,02$) e sintomas referidos de intoxicação ($p \leq 0,00$). Foi verificado, ainda, que 20% dos agentes de campo referiram ter diagnóstico de depressão antes da pandemia.

Conclusão: Os resultados indicam que as condições e processos de trabalho dos ACE apresentam nocividades para o adoecimento da população estudada, incluindo a saúde mental. Para pensar em qualidade ambiental e cidades mais saudáveis é preciso incluir novas práticas para o controle vetorial, que não sejam centradas na eliminação de mosquitos mediante modelos químico-dependentes, mas por ações que articulem saneamento, educação, ações intersetoriais, participação comunitária, saber dos trabalhadores e políticas protetoras da vida.

Apoio:

Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS). Bolsas Fiocruz, CAPES e FAPERJ